



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 4.654, DE 2025** **(Do Sr. Júnior Ferrari)**

Dispõe sobre a responsabilização civil e administrativa do tutor de cães da raça pitbull e outras raças ou cruzamentos classificados como de guarda, ataque ou potencialmente perigosos, em casos de ataque a pessoas ou animais, e dá outras providências.

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE  
MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54,  
RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

## CÂMARA DOS DEPUTADOS



### PROJETO DE LEI Nº , DE 2025 (Do Sr. Júnior Ferrari)

Dispõe sobre a responsabilização civil e administrativa do tutor de cães da raça pitbull e outras raças ou cruzamentos classificados como de guarda, ataque ou potencialmente perigosos, em casos de ataque a pessoas ou animais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei estabelece medidas de responsabilização civil e administrativa para tutores de cães da raça pitbull, bem como de outras raças ou cruzamentos classificados como de guarda, ataque ou potencialmente perigosos, quando ocorrerem ataques contra pessoas ou animais.

**Art. 2º** Em caso de ataque, o tutor do animal será responsável:

I – pelo custeio integral de todas as despesas médicas, hospitalares, cirúrgicas, farmacêuticas e de reabilitação decorrentes de lesões causadas à vítima humana;

II – pelo custeio integral de tratamento veterinário, medicamentos e eventuais cirurgias de animais atacados;

III – pelo pagamento de indenização por danos materiais, morais e estéticos, eventualmente apurados judicialmente.

**Art. 3º** Além da responsabilidade civil prevista no artigo anterior, será aplicada multa administrativa ao tutor, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), graduada conforme critérios objetivos definidos em regulamento, considerando, entre outros fatores:



## CÂMARA DOS DEPUTADOS



- I – a gravidade do ataque;
- II – a reincidência;
- III – o histórico de comportamento do animal;
- IV – eventual negligência ou imprudência do tutor.

§ 1º A autoridade administrativa competente deverá assegurar ao tutor do animal o direito ao contraditório e à ampla defesa, antes da aplicação da penalidade.

§ 2º Os valores das multas previstos neste artigo deverão ser corrigidos periodicamente, de acordo com índices oficiais de inflação.

**Art. 4º** Em caso de reincidência, o valor da multa será dobrado, podendo ainda ser determinada, por autoridade competente, a apreensão do animal com encaminhamento a abrigo público ou entidade protetora parceira, observadas as garantias de bem-estar animal e as normas de adoção responsável.

**Art. 5º** O tutor é obrigado a adotar todas as medidas de segurança para prevenção de ataques, incluindo o uso de guia curta e focinheira em vias públicas, além de muros, grades ou cercas adequadas no domicílio.

**Art. 6º** Compete aos Municípios, no âmbito de sua vigilância sanitária e guarda municipal, bem como aos Estados, nos casos de interesse regional, a fiscalização do cumprimento desta Lei, observadas as diretrizes regulamentadas pelo Poder Executivo Federal.

**Art. 7º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, definindo a lista oficial das raças ou cruzamentos abrangidos, critérios de fiscalização, procedimentos administrativos e protocolos de bem-estar animal para casos de apreensão.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS



### JUSTIFICATIVA

Os casos de ataques promovidos por cães da raça pitbull e outras raças classificadas como de guarda, ataque ou potencialmente perigosas têm sido motivo de crescente preocupação no cenário nacional, diante do aumento de ocorrências que resultam em graves lesões, sequelas e até óbitos de vítimas, sejam elas pessoas ou outros animais. O noticiário denuncia episódios de ataque envolvendo essas raças, causando comoção social e expondo a carência de normatização mais rigorosa no âmbito da responsabilidade dos tutores.

O ordenamento jurídico brasileiro já reconhece, nos termos do artigo 936 do Código Civil, que a responsabilidade do proprietário ou detentor do animal é objetiva; ou seja, o tutor responde obrigatoriamente pelos danos causados, independente de culpa, salvo se demonstrada a culpa exclusiva da vítima ou força maior. A jurisprudência dos tribunais tem afirmado o dever de indenização por danos materiais, morais e estéticos resultantes de tais ataques, ressaltando a gravidade da conduta do tutor negligente e o direito das vítimas à reparação integral.

Entretanto, ainda há lacuna quanto à aplicação de sanções administrativas específicas, à fixação de parâmetros objetivos para custeio de tratamento das vítimas — humanas ou animais —, bem como à definição expressa de medidas cautelares de prevenção, como a exigência de dispositivos de segurança e a apreensão do animal em casos de reincidência.

Este Projeto de Lei busca preencher essa lacuna, regras claras de responsabilização e prevendo multas administrativas significativas, corrigidas periodicamente, com gradação baseada em critérios objetivos, como gravidade do ataque e histórico de reincidência. Também assegura o direito ao contraditório e à ampla defesa do tutor, em conformidade com o artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

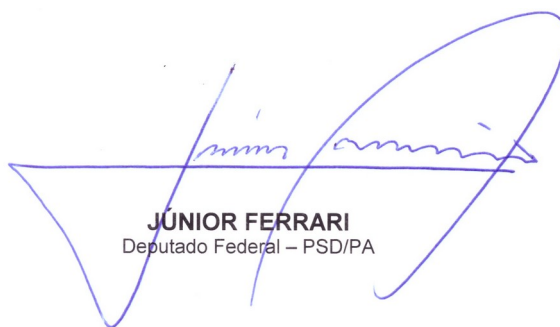


O texto preserva a competência fiscalizatória de Estados e Municípios, harmonizando-se com legislações já existentes no âmbito local e com a Lei de Crimes Ambientais. Além disso, garante que eventuais apreensões sejam conduzidas de acordo com protocolos de bem-estar animal, preferencialmente em parceria com abrigos públicos e entidades protetoras, assegurando a proteção do animal ao mesmo tempo em que se resguarda a incolumidade pública.

Por todo o exposto, resta evidente a necessidade social e jurídica de aprimorar o arcabouço normativo relativo à posse responsável de cães potencialmente perigosos, garantindo segurança à população, reparação integral às vítimas e estímulo à guarda responsável.

Diante disso, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, de setembro de 2025.



**JÚNIOR FERRARI**  
Deputado Federal – PSD/PA



**FIM DO DOCUMENTO**